



REUNIÃO CONJUNTA CTAS E CTPOAR

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS

Brasília, 09 de março de 2016.

Justificativa

- ✓ A importância da gestão integrada dos recursos hídricos, especialmente a inter-relação entre águas superficiais e subterrâneas.
- ✓ LEI 9.433/1997 – União deve se articular com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, visando a gestão integrada de recursos hídricos.



Tema Prioritário do CNRH para a CTAS:

Articulação entre a União e os Estados com vistas ao fortalecimento da gestão de águas subterrâneas em aquíferos de abrangência interestaduais e transfronteiriça.

Histórico – Principais etapas

Período de Discussão: março de 2014 a outubro de 2015

Início: 19.03.14 – 86 Reunião da CTAS - Apresentação da Nota Técnica nº 008/2014/GESUB/SIP: “Diretrizes para a articulação entre a União e os Estados com vistas ao fortalecimento da gestão integrada de recursos hídricos em aquíferos de abrangência interestadual e transfronteiriça”;

- Criação do GT Gestão Integrada. 6 integrantes da CTAS. Coordenador Emilio Prandi.

10.04.14 Início dos Trabalhos com a discussão da proposta de resolução. São Paulo

Histórico – Principais etapas

29.07.14 – Reunião Conjunta CTAS e CTPOAR

- Contexto da Proposta de Resolução;
- Apresentação da Nota Técnica e discussão sobre o Workshop Gestão Integrada.
- Incorporação de representantes da CTPOAR no GT

25 e 26.09.14 – Workshop Gestão Integrada de Recursos Hídricos Subterrâneos e Superficiais.

- ✓ premissas que devem ser seguidas pela proposta de resolução;
- ✓ metodologias disponíveis para a gestão integrada;
- ✓ aspectos sobre a estrutura (técnico e político-institucional)

Histórico – Principais etapas

2015 – 5 encontros do GT. Buscou-se estudos e experiências que pudessem contribuir com os trabalhos.

<https://drive.google.com/drive/folders/0B2WLUmBTLZV8fldOZksydDlNSDQ5YU8tVnRrdVJTdEp1SDFtU0t3SE84djRkRzZlY1BsSFU>

26.11.15 – Versão final da proposta. Teve como base a minuta original com os avanços das discussões e as contribuições advindas dos representantes da Bahia e de Minas Gerais.

Ementa: Estabelecer diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União e os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão integrada.

Estrutura da Proposta de Resolução

- ✓ Considerados – apresenta os principais normativos que corroboram para a importância de se fazer a gestão integrada.
- ✓ Art 1º: É o próprio escopo da proposta de resolução.
- ✓ Art. 2º Definições
- ✓ A norma em si: a partir do art. 3º até o 11º - são apresentadas as situações de contorno em que a norma se aplica; a proposta da criação da Unidade de Gestão Rio-Aquífero, e operacionalização para que a gestão aconteça.

Conclusão

- Para elaboração dessa proposta foram promovidas discussões ligadas ao tema com os integrantes das duas Câmaras, os quais se alternaram na presença, além de amplo espaço de participação para contribuições de diversos convidados integrantes dos segmentos governamentais, usuários e sociedade civil.
- Procurou-se elaborar uma norma conceitual, com diretrizes gerais. Ainda que com algumas inovações.
- A proposta não pretende esgotar as ferramentas necessárias para enfrentar o desafio da gestão integrada, no entanto, traz no seu conteúdo, uma contribuição para que ela aconteça.



Muito obrigada pela Atenção!

Roseli dos Santos Souza

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Departamento de Recursos Hídricos

roseli.souza@mma.gov.br

(61) 2028-2052



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA